

“Monumento ao soldado constitucionalista” de 1932: uma análise de seu valor memorial nas significações oficiais e populares

Willian Eduardo Righini de Souza*, Giulia Crippa **

Resumo

A partir de documentos conservados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e questionário e entrevistas aplicados em duas bibliotecas de uso público da mesma cidade, pretende-se discutir em que medida o Monumento ao Soldado Constitucionalista é percebida pelo senso comum, em sua função monumental, portanto, memorial. Assim, discutir-se-á, a partir do sentido etimológico de monumento, qual é o significado que esta obra adquire na representação oficial e na leitura cotidiana da população, que pode ressignificá-la.

Palavras-chave: Monumento. Lugar de memória. Revolução de 1932.

“Monument to the constitutionalist soldier” of 1932: an analysis of its memorial value in oficial and popular signification

Abstract

Based on documents preserved at the Public and Historical Archive of Ribeirão Preto, and on questions and interviews that was realized in two libraries of public use in the same town, this work discusses in which measure the Monument to the Constitutionalist Soldier is perceived by the common sense in its monumental function, therefore memorial. This way the work discusses, based on the ethymological definition of monument, what is the meaning that this work acquires in official representation and in the daily interpretation made by the population that can resignify it.

Keywords: Monument. Place of memory. 1932 Revolution.

Com o intuito de mapear os monumentos da cidade de Ribeirão Preto – SP, aplicamos cem questionários e algumas entrevistas em duas bibliotecas de uso público da cidade, a Biblioteca Altino Arantes e a Biblioteca Padre Euclides. Desse modo, a partir das informações colhidas e observações, elaboramos uma discussão sobre a percepção que os habitantes têm de algumas obras deste espaço, entre elas a do Monumento ao Soldado Constitucionalista de 1932, localizada em uma das principais praças da cidade.

Ao mesmo tempo, a partir da documentação conservada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, analisamos os discursos oficiais produzidos na campanha que arrecadou fundos para a construção dessa obra, nas primeiras décadas do século 20, permitindo que relacionássemos a visão do senso comum com as intenções pelas quais essa obra foi planejada, mobilizando políticos e a imprensa da cidade.

Assim, pelas entrevistas realizadas, percebemos como a idéia de monumento está relacionada com a de estátua, sendo para muitos um sinônimo. Portanto, discutir a monumentalidade da estátua ao Soldado Constitucionalista em Ribeirão Preto é tanto refletir sobre essa representação social como, também, uma tentativa de compreender os motivos que levaram 23% dos entrevistados a considerar esta estátua como um monumento, uma vez que não conheciam sua história e, muitas vezes, sequer seu nome. Esta obra também nos permitirá discutir os monumentos funerários, considerando que além de uma estátua, planejava-se construir um mausoléu aos mortos na Revolução de 1932:

Pelo o que eu entendo de monumento, é quando, tipo, uma pessoa tem, faz alguma coisa importante e aí faz um monumento em homenagem a uma certa pessoa, é uma estátua, pode ser uma, pode ser a estátua de uma pessoa, pode ser uma figura, pode ser qualquer matéria em arte, certo?. (Entrevistado de 19 anos).

Ressaltamos que, apesar de na estátua localizada na Praça XV de Novembro estar inscrita a frase “A epopeia de 1932”, chamaremos a obra de “Monumento ao Soldado Constitucionalista de 1932”, pois todas as fontes encontradas para a pesquisa a

qualificaram desta maneira (inclusive os documentos oficiais), e por não termos observado outra forma de denominação nas entrevistas.

Ao mesmo tempo, registramos que a obra é de autoria do escultor italiano Galileo Emendabili (RIBEIRÃO PRETO, 1936; GUIMARÃES; OKAMURA, 1994, p. 56-57; ZIMMERMANN, 2000), que além ter construído esta obra, realizou inúmeros outros monumentos em São Paulo, como, por exemplo, o Monumento a Ramos de Azevedo, analisado, entre outros autores, por Zimmermann (op.cit.) e Fabris (1997). Entretanto, não encontramos nos documentos analisados a data de sua inauguração, apesar de existirem fotografias do ano de 1956 já com o monumento na Praça XV de Novembro (GUIMARÃES; OKAMURA, op. cit., p. 56-57). Também não há informações sobre todas as comemorações do dia 9 de julho na cidade (feriado civil no Estado de São Paulo desde 1997), apesar de verificado que o local, principalmente a esplanada do Theatro Pedro II (em frente à obra), é um importante ponto de eventos oficiais em Ribeirão Preto. Outro lugar que podemos citar é o quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar na cidade, onde foi comemorado a data 9 de julho nos anos de 2005 e 2006, segundo dados da prefeitura (GASPARINI..., 2006, 2007).

Ainda explicamos que a concepção de monumento utilizada neste trabalho é o seu sentido etimológico, discutido por vários autores, entre eles Le Goff (2003, p. 526), que o define como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”, nos fazer lembrar, avisar, iluminar.

1. A Campanha Pró-Monumento ao Soldado Constitucionalista

Em 1935, uma campanha mobiliza o Estado de São Paulo: a construção de um “monumento” e um mausoléu em homenagem aos soldados que participaram da Revolução de 32. Por este motivo, cada cidade deveria formar uma comissão, segundo os organizadores da campanha, com sete ou nove membros, sendo de preferência o “Prefeito Municipal, Juiz de Direito, Juiz de Paz, Promotor Público, Vigário, Director de Grupo Escolar, Gerente de Banco, Collector, Presidente de Associação Comercial”, para arrecadar fundos para a obra (COMISSÃO CENTRAL, 1932).

O discurso heróico em relação à Revolução está presente em todas as correspondências produzidas entre a comissão central e as comissões locais e entre os membros de uma mesma comissão. Até mesmo correspondências com funções administrativas, como a comunicação pela Comissão Central da visita de um membro desta a Ribeirão Preto, tornam-se um meio para valorizar a campanha:

Objectivando, assim, glorificar o Soldado que soube bater-se pela Constituição e pela Lei, a Comissão Central vem solicitar a collaboração de V. Excia. à iniciativa. Deseja ella que, simultaneamente, em todo o Estado, o movimento vibre e enthusiasme, como em 32, toda a população paulista. Quer ella reunir, sob a mesma bandeira de glória e civismo de São Paulo, todos quantos saibam amar este torrão magnífico, que tantas vezes soube florir em actos de heroismo e abnegação. (Id., 1935).

Com o início da campanha pela cidade e a participação de conhecidos habitantes na comissão local, a imprensa de Ribeirão Preto começa a divulgar, incessantemente, notas informando a população sobre o seu desenvolvimento, inclusive o valor que cada indivíduo já havia doado e o total acumulado. Entre os jornais, o *A Cidade*, um dos principais de Ribeirão Preto na época, publica reportagens reproduzindo os discursos da Comissão e, deste modo, valorizando a Campanha Pró-Monumento perante a sociedade:

A ereção de um monumento aos que pelearam por S. Paulo, pela sua autonomia e pelo restabelecimento do regime legal no paiz, constitue um imperativo dos deveres civicos. E nosso povo assim comprehendeu e vae concorrendo com enthusiasmo para augmentar as possibilidades de se conseguir a concretização da grande obra de civismo. (MONUMENTO..., 1935d).

Os jornais também divulgam o sucesso da campanha em Ribeirão Preto, pois com uma arrecadação significativa e o apoio de políticos e da imprensa, a cidade conseguiria enviar sua quantia para a construção do monumento em São Paulo, o que seria, segundo estas fontes, um orgulho para a população ribeirão-pretana.

A valorização de 32 é evidente nos agradecimentos enviados ao prefeito pelo convite de participação na Comissão Pró-Monumento, apesar de também terem ocorrido recusas. Um exemplo é a resposta de S. O. R. Silveira (1935), da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, que após saber da inclusão do seu nome na

comissão, responde ao prefeito e demais membros desta: “ (...) venho pelo presente agradecer-lhes a honrosa deferencia e hypothecar-lhes a minha inteira solidariedade com a nobre campanha ditada pelo altivo civismo paulista”.

O orgulho paulista é constantemente enaltecido nestes documentos, demonstrando que o crescimento econômico de São Paulo nas primeiras décadas do século 20, e fatos como de 32, levaram os habitantes do Estado a valorizarem as suas origens.

As publicações da época defendem que a Campanha é um orgulho para todo o país, considerando que a Revolução foi benéfica para todos e que a construção do monumento agradaria a toda a nação, não sendo uma vontade apenas dos paulistas. Em nenhum momento a Revolução é vista em seu lado negativo, pois até mesmo as batalhas, as mortes e as adversidades enfrentadas não é vista com sofrimento, mas como a salvação do povo paulista e do Brasil:

Essa obra é de grande alcance cívico.

Não visa gravar em pedra ou bronze o sentimento de regionalismo, coisa que o povo paulista desconhece.

Seu objectivo é outro. É mostrar no futuro, aos que verem depois de nós, o valor da gente bandeirante como soldado não só de sua terra, mas também do Brasil.

Revelará ainda seu entranhado amor à justiça, seu respeito ao direito e à lei, seu espírito de liberdade dentro do bom senso.

Foi por tudo isso que o paulista pegou em armas em 32 e correu ao campo de batalha para defender sua terra contra a opressão da ditadura. (MONUMENTO...1935a).

Os jornais da época cobriram toda a campanha, divulgando as decisões tomadas pelas comissões, o total de arrecadação até o momento, etc. Porém, um fato não está claro nas reportagens presentes no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto: a partir de algumas publicações começa-se a divulgar a campanha para a construção de um “monumento” ao soldado constitucionalista em Ribeirão Preto, ao contrário das anteriores, que citam a campanha de São Paulo.

Desse modo, encontramos uma lacuna que, provavelmente, esclareceria qual o momento desta decisão e as relações entre esta campanha e a da capital. No jornal *Diário da Manhã*, de 31 de agosto de 1935, está presente uma das primeiras

referências ao monumento de Ribeirão Preto, quando em uma carta de João Paulino da Costa (1935) à publicação, ele cita que o Partido Republicano Paulista Local defende a construção de um monumento ao soldado em Ribeirão Preto. João da Costa ainda recusa o convite feito para participar da Comissão organizada em Ribeirão Preto para arrecadar fundos para a construção do monumento em São Paulo e acrescenta: “[...] para o monumento a ser erigido na Capital do Estado os recursos pecuniários são fartíssimos, ao passo que, para o de Ribeirão Preto, são limitados a esta cidade e às vizinhas, quando muito”.

A quantia destinada à construção desta obra em Ribeirão Preto também é divulgada (cinco contos de réis) e a justificativa é apresentada no Acto n° 93 de 29 de agosto de 1935, publicado no jornal *A cidade* em 30 de agosto:

[...] Considerando que essa iniciativa mereceu do povo desta Cidade toda a sympathia e apoio;

Considerando que a Prefeitura Municipal deve concorrer para este empreendimento,

Resolve:

Art. 1.º - A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, concorrerá com a importância de cinco contos de réis para auxiliar a erecção, nesta Cidade, do Monumento ao Soldado Paulista de 32. [...]. (MONUMENTO..., 1935c).

Porém, é no Protocolo n°37, de 15 de junho de 1936, que encontramos maiores informações sobre a obra de Ribeirão Preto. Neste documento, além da Comissão pedir autorização para construir o monumento na Praça XV de Novembro, é ressaltado o compromisso da prefeitura em doar os cinco contos de réis, provenientes do orçamento da cidade, para a edificação da obra:

Outrosim, tendo sido consignado uma verba de Rs. 5:000\$000, no actual orçamento municipal, para auxílio de suas obras, requer-se o pagamento da mesma quantia, que deverá ser entregue ao sr. Manoel Penna, thesoureiro da Comissão referida. (RIBEIRÃO PRETO, 1936).

Constantemente a memória é invocada nas reportagens da época, como se a construção deste monumento em São Paulo perpetuasse a lembrança dos soldados que participaram da Revolução. Em 29 de agosto de 1935, o jornal *A cidade* continua a demonstrar esta visão prestigiosa da revolução para os paulistas em uma

reportagem que comunica a recusa dos principais membros do Partido Republicano Paulista Local de participar da Comissão Pró-Monumento, e sustenta a idéia que a construção desta obra é o desejo da maioria os habitantes do Estado:

O comunicado em questão não explica as razões da recusa perrepista em participar de tão nobre, entusiástica e carinhosa iniciativa do povo paulista. Mas o facto é que a campanha Pró Monumento prosegue empolgando o sentimento cívico do povo de São Paulo, numa demonstração vibrante e evidente de que a gloriosa guerra constitucionalista foi uma soberba explosão de civismo do bandeirante e a campanha Pró-Monumento a sua gratidão imperecível aos seus bravos soldados. (CAUSOU...,1935).

Em 10 de agosto de 1935, o mesmo jornal atribui o sucesso da campanha Pró-Monumento ao “sentimento cívico” da população, que, segundo a reportagem, desejaria levar às gerações futuras o orgulho de ser paulista. Verifica-se nos jornais da cidade que a aprovação da população é uma das justificativas da campanha e “[...] que a idéia de se glorificar os nossos soldados da luta de 32 é sympathica ao povo paulista”. (MONUMENTO..., 1935a).

Porém, apesar dos jornais serem uma importante fonte para compreendermos as condições sociais, econômicas e políticas de uma época, é necessário ressaltar que estes também manifestavam seus interesses, fazendo das publicações um instrumento para valorizar ou denegrir aquilo que lhes era conveniente ou não.

Um exemplo é o jornal *Diário da Manhã*, publicado de 1931 a 1945 em Ribeirão Preto. Apesar de não ser dirigido por cafeicultores, o jornal demonstra, constantemente, através de reportagens favoráveis a este grupo, sua ligação com a oligarquia local (TONETTO, 2000, p. 73). Desse modo, o *Diário da Manhã* não é apenas uma fonte de informação para a população, mas também um meio pelo qual a elite ribeirão-pretana divulga seus pontos de vista.

Este jornal defende a Revolução de 1930, o retorno do regime constitucional em 1932, com uma campanha denominada “Movimento Pró-Constituição em Ribeirão Preto”, a propaganda do café no exterior, entre outras questões que favorecem os cafeicultores da cidade (Ibid.). Portanto, mesmo divulgando fatos que realmente aconteciam no Brasil, a abordagem dada pelo jornal sempre correspondia aos

interesses de uma parcela da sociedade, o que nos faz questionar até que ponto a população estava participando destas discussões.

Dessa maneira, ao apresentarmos reportagens de 1935 sobre a Campanha Pró-Monumento ao Soldado Constitucionalista, é imprescindível refletirmos sobre a participação da população nesta campanha, e/ou se a euforia era restrita apenas aos políticos e aos meios de comunicação com os quais eles mantinham relações, apesar dessas mesmas publicações apontaram uma participação e interesse de toda a sociedade na campanha.

Porém, não é somente o Diário da Manhã que está vinculado à elite cafeeira, mas outros jornais da cidade, demonstrando o grande poder exercido por este grupo. O jornal *A Tarde*, publicado de 1934 a 1937, e de 1940 a 1945, é um exemplo, principalmente em sua primeira fase. Nos seus primeiros anos de circulação, o jornal, assim como o *Diário da Manhã*, reproduzia os discursos da oligarquia local, tendo apenas ocorrido uma desvinculação com estes interesses a partir de 1940, segundo período de publicação (TONETTO, 2000, p. 78):

O jornal *A Tarde*, neste momento, concorda com algumas críticas dos cafeicultores, como a incineração das sacas de café e responsabiliza Getúlio Vargas por não ter recuperado a situação da lavoura, mas defende a policultura e a industrialização como formas de Ribeirão Preto continuar seu desenvolvimento.

Desse modo, os jornais tiveram papel central no movimento. Percebe-se o comprometimento da imprensa local com a campanha a partir da quantidade de reportagens publicadas, quase que diariamente; da linguagem utilizada, muitas vezes em tom eufórico; e do que se informa, pois muitas reportagens são apenas para divulgar o valor de algumas doações e o nome do doador. Também, foi através dos jornais que alguns convidados justificavam a adesão ou recusa à Comissão Pró-Monumento e a repercussão de cada atitude. Assim sendo, a imprensa tornou-se a ponte entre a população e os organizadores da campanha, e a partir do momento que ela reproduzia o discurso da comissão, não encontramos nos arquivos os críticos da construção do monumento, apesar de provavelmente terem existido.

Porém, apesar de toda participação dos meios de comunicação na campanha, uma característica não era citada com tanta frequência: o monumento ao soldado constitucionalista era um monumento funerário, pois além de construir uma estátua, se edificaria um mausoléu para os mortos, demonstrando a grandiosidade do projeto.

O desejo de construir um mausoléu aos mortos de 32 nos permite discutir qual a função dos monumentos funerários, pois a idéia de homenagear os mortos está presente em vários outros momentos da história, apesar de em diferentes formas. Le Goff (2003, p. 456) nos demonstra como em alguns momentos a construção de monumentos funerários permitiu que a morte não fosse esquecida, ao contrário de períodos que este tipo de obra era a menos “memorável”.

Para ele, um destes grandes períodos foi a Revolução Francesa, pois a morte, ao mesmo tempo em que propiciava sofrimento, representava um momento de mudança, de heroísmo, merecendo ser lembrada pelas gerações futuras. Deste modo, “a grande época dos cemitérios começa, com novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita ao cemitério”. (Ibid., p. 456).

Assim como verificaremos em 32 no Brasil (em proporções menores, é claro), a morte é, de certa forma, comemorada pelos franceses, pois simbolizava, através de seus heróis, a luta pela revolução e seu posterior sucesso. Aliás, comemorava-se o que deveria ser memorizado, e, para isto, os franceses buscavam em vários suportes eternizar este momento:

A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações européias. (LE GOFF, 2003, p. 458).

No século 20 também encontramos exemplos que demonstram a valorização do monumento funerário, e apesar da II Guerra Mundial ser um fato posterior à Revolução de 32 no Brasil, alguns dos seus monumentos é o que mais se aproxima do que se idealizava fazer em São Paulo nesta época:

A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum. (LE GOFF, 2003, p. 460).

Contudo, para o prefeito de Ribeirão Preto em 1935, a construção de um mausoléu poderia não obter o efeito esperado. Dessa maneira, demonstrando a representatividade da cidade na campanha e considerando as dificuldades para se construir uma obra deste porte, Ricardo Guimarães Sobrinho enviou uma carta à Comissão Central da Campanha apresentando sugestões e sua opinião sobre a ereção do mausoléu aos soldados. Para ele, reformulações no projeto permitiriam homenagear não só os mortos presentes no local, mas todos os envolvidos na Revolução:

Essa illustre Comissão, constituindo-se para o patriótico intuito de perpetuar a gratidão dos paulistas aos seus heróis da epopéia de 1932, resolveu levantar um monumento aos que voltaram dos campos de lucta, e um mausoléu aos que tombaram em defeza de nossa terra e dos nossos ideaes constitucionalistas.

Filiados que somos a esta campanha cívica, para cujo êxito nos esforçaremos, tomamos a liberdade de apresentar uma suggestão.

Entendemos que a ereção de um monumento e de um mausoléu, como se pretende fazer, prejudicará a grandiosidade da homenagem, que a nosso ver deveria consistir unicamente na primeira dessas consagrações, pois o monumento em praça pública tem sido a forma pela qual os povos materialisaram, a fim de perpetual-os através dos tempos, os factos e os feitos de uma época.

Accresce que, não sendo possível congregiar todos os mortos constitucionalistas sob um mesmo mausoléu, este não passaria de outro monumento levantado em uma necrópole, em honra exclusivamente dos que pereceram, quando mais significativa seria a homenagem se abrangesse num unico symbolo a todos os soldados da lei que se identificaram em um mesmo ideal, e se congregaram na mesma lucta que os vivos devem continuar, de outro modo, pelo engrandecimento da nossa terra natal. (SOBRINHO, 1935).

2. O monumento ao Soldado Constitucionalista hoje

Após demonstrarmos a mobilização de políticos, da imprensa e de parte da sociedade para a construção do “Monumento ao Soldado Constitucionalista”, refletiremos se ele se configura, na atualidade, como um lugar memorável (NORA, 1997), justificando a sua citação nas entrevistas.

Ao contrário do que pode ter acontecido em 1935, o “monumento” não apresenta mais nenhum significado para a população ribeirão-pretana além de uma referência espacial: ele é considerado uma das maiores estátuas da cidade em um lugar privilegiado da Praça XV de Novembro, porém quase ninguém sabe o seu nome, quando foi construído, para qual intuito, enfim, o que é aquilo encravado no centro da cidade:

Os transeuntes passarão pela estátua, a primeira vez olhando, “É uma estátua” se dirão. Os de maior atividade espiritual irão mais longe e prolongarão o pensamento até um “É feia” ou “É bonita”. Poucos irão ler o nome, não do morto, mas da estátua. Raríssimos, saberão quem é. [...] E daí em diante só os turistas a olharão, não pra saber do morto, mas pra distrair-se com a estátua. E todos verificarão indiferentemente “É feia”. (ANDRADE, 1976, p. 148).

Para a grande maioria da sociedade, a estátua é apenas mais um elemento da praça, não sendo vista como obra de arte, lugar memorável, ou digna de admiração:

Na metrópole contemporânea a escultura perde toda transcendência, sua antiga grandeza. A capacidade de nos fazer levantar os olhos para o céu. Não faz ninguém parar. Desaparece o lugar que a estátua tinha na cidade, constituindo de seu caráter de obras de arte. (PEIXOTO, 1996, p. 131).

Todavia, se esta obra não se configura como um lugar memorável para a população, cabe-nos entender como se tornou o segundo lugar mais citado pelos entrevistados quando questionados quais eram os principais monumentos de Ribeirão Preto. Primeiro, observamos que para os usuários das duas bibliotecas utilizadas na pesquisa, uma estátua, seja qual for, é um monumento, não porque a consideram memorável, mas pela relação estabelecida no senso comum de que qualquer construção denominada estátua é um monumento: “Monumento é uma estátua, né?, várias estátuas, o que eu entendo é isso aí, catedrais, né, mais ou menos isso”. (Entrevistado de 63 anos).

Segundo, porque a estátua se encontra na principal praça da cidade, em frente ao Theatro Pedro II, sendo para muitos a principal estátua/monumento de Ribeirão Preto. Outro ponto que influenciou na sua referência é a localização da Biblioteca

Altino Arantes, que de frente para a Praça XV de Novembro, permitiu que os entrevistados visualizassem o Soldado, e quando questionados quais eram os principais monumentos da cidade, não hesitaram em indicar com as pontas dos dedos e dizer: “aquela estátua”. Praticamente ninguém sabia o que ela era (além de uma estátua), e entre os poucos que sabiam a que ela remetia (Revolução de 32), nenhum sabia o seu nome completo.

Porém pouco adiantaria conhecer o seu nome, se a estátua não apresenta mais significado para a população, pois os motivos pelos quais ela foi construída não estão mais presentes entre os habitantes atuais. Poderíamos dizer que o “Monumento ao Soldado Constitucionalista” tornou-se invisível para os ribeirãopretanos, que não a enxergam além de uma estátua, entre tantas outras. Deste modo, placas, sinalizações, entre outros, seriam inúteis, pois a Revolução de 1932 já não desperta nenhum sentimento na população, apesar de muitos acreditarem o contrário, como um entrevistado ao ser questionado sobre quais as características que uma obra ou lugar deveria ter para ser considerado um monumento:

Característica estrutural não tem como descrever, mas alguma coisa bem específica para a pessoa saber e não simplesmente ser uma coisa ilustrativa, alguma placa contando a história daquilo lá, porque uma criança não chegar e perguntar para o pai: O pai, o que é isso aqui?, mas simplesmente ir lá, ler e já sabe. (Entrevistado de 25 anos).

Um exemplo de invisibilidade é o que Huyssen (2000, p. 44) discute em Berlim. Para ele, a obsessão pela memória na capital alemã, sendo a construção de vários monumentos uma parte deste processo, tem tido o efeito contrário de recordar, pois “quanto mais monumentos, mais o passado se torna invisível, mais fácil se torna esquecer: a redenção, portanto, pelo esquecimento”. Para ele, os monumentos, além de poderem contar o passado, têm o poder de transformá-lo, e deste modo, Berlim estaria produzindo uma nova realidade, que atribui novos sentidos a fatos ocorridos, ou seja, ao mesmo tempo em que os monumentos são resultados de uma memória compartilhada, eles são subsídios para novas memórias.

Ele também debate como a presença espacial de um monumento não garante que ele seja “visível” pela população, pois o seu significado está muitas vezes esquecido.

Como exemplo, Huysen cita o edifício Reichstag, em Berlim, que apesar de ter tido um importante papel na história da Alemanha, não é percebido/reconhecido por muitos que passam diante dele:

[...] O enorme edifício construído em 1895, de arquitetura medíocre, abrigou o parlamento alemão pela primeira vez nos tempos do império guilhermino, tendo mais tarde exercido um papel fundamental tanto na fundação quanto na derrubada da República de Weimar, proclamada do parapeito de suas janelas e encerrada no famoso incêndio do Reichstag, que se seguiu à ascensão do nazismo ao poder. Depois de 1945, permaneceu como uma ruína em memória da malograda República, museu da história recente da Alemanha e espaço de solenidades, só retomando o seu valor político simbólico durante a celebração da unificação nacional em outubro de 1990 [...]. (HUYSEN, 2000, p. 44-45).

Em 1995, um evento em Berlim demonstrou como a “ausência”, o “invisível” pode ser mais memorável do que a imponência e grandeza do edifício *Reichstag*: o seu embrulhamento pelos artistas Christo e Jeanne-Claude. Os dois cobriram todo o edifício com tecido e, durante este período, o *Reichstag* foi lembrado e discutido por políticos, pela mídia e pela população como nunca antes: “Num contexto discursivo e público mais amplo, o velamento de Christo funcionou na verdade como uma estratégia para tornar visível, desvelar, revelar o que estava oculto enquanto era visível.” (HUYSEN, 2000, p. 47).

O mesmo ocorreu em Ribeirão Preto, em 1994. Com o intuito de levantar uma discussão sobre a importância histórica das estátuas de Ribeirão Preto, os estudantes de arquitetura na época, Domingos José Lopes Guimarães e Márcia Regina Martins Okamura, embrulharam vinte obras do Museu do Café, todas na área externa, com papel, e sobre elas fixaram a seguinte frase: “Você sabe quem sou eu?” (ARQUITETOS..., 1994). Simultaneamente ao embrulhamento, os arquitetos expuseram no interior do local painéis com fotos dos “monumentos da praça pública de Ribeirão Preto”, o que chamou a atenção da imprensa, políticos e população para o que até então (quase) ninguém se interessava.

Percebe-se que a intenção dos arquitetos, apoiados pelo Museu do Café, pela imprensa e órgãos municipais, era demonstrar a importância histórica destas obras, o que é algo relevante, porém não foram discutidos os motivos pelos quais estes

“monumentos” não apresentam mais significado para a população, como se o valor negativo atribuído a eles pela sociedade fosse algo repreensível, e não um processo que leva obras memoráveis (se algum dia estas estátuas foram) ao esquecimento, devido a uma nova relação da população com a cidade:

Os monumentos tradicionalmente encarnam a “alma da cidade”, são fatores da memória coletiva que configuram a sua imagem. Hoje, porém, a estátua não serve mais de marco. A trama urbana, desfeita por contínuas obras e transferências de população, não pode mais ser traçado por seus habitantes. A cidade muda sem parar. Não tem mais desenhos nem rastros. Ninguém pode mais se situar nela. Onde não há mais história, não há mais como traçar em pedra o passado. (PEIXOTO, 1996, p. 131).

Segundo reportagens de jornais da época, o projeto obteve sucesso, pois mais de trezentas pessoas assistiram a manifestação, além dos estudantes receberem uma congratulação da Câmara Local pelo trabalho realizado (ARQUITETOS..., 1994; MONUMENTOS..., 1994). Porém, podemos questionar se a população realmente reconheceu alguma importância histórica nestas estátuas, ou se elas retornaram a ser invisíveis após a retirada do papel que as cobriam, pois poucos “enxergaram” características que as tornassem memoráveis.

Para Okamura: “a intervenção quer despertar a atenção das pessoas que passam por pontos da cidade onde estão importantes monumentos que não são notados, como por exemplo, os da Praça XV”. (ARQUITETOS..., 1994).

Porém, verificamos que para os entrevistados desta pesquisa, aquelas obras, incluindo a do soldado constitucionalista, não são nada além de estátuas, impossibilitando-os de responder a pergunta feita na exposição de 1994 (Você sabe quem sou eu?), não somente devido ao pouco conhecimento sobre a história da cidade que alguns apresentaram, mas porque estas obras já não são memoráveis para a sociedade, ou seja, monumentos no seu sentido etimológico.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. O culto das estátuas. In: _____. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976. p. 147-150.

ARQUITETOS 'embrulham' 20 monumentos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 jun. 1994. Folha Nordeste, Política/cidades.

CAUSOU péssima impressão: a recusa do P. R. P. em participar da Comissão Pró-Monumento ao Soldado Constitucionalista. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 29 ago. 1935.

COMISSÃO CENTRAL. *Campanha pró-monumento e mausoléu ao soldado paulista 32: instruções para o trabalho no interior*. São Paulo, maio 1932.

COMISSÃO CENTRAL. *Campanha pró-monumento e mausoléu ao soldado paulista 32: [carta ao prefeito de Ribeirão Preto na época: Ricardo Guimarães Sobrinho]*. São Paulo, 23 maio 1935.

COSTA, João Paulino da. Declaração necessária: em torno da campanha Pró-Monumento ao soldado constitucionalista, em São Paulo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 31 ago. 1935.

FABRIS, Annateresa (Org.). *Monumento a Ramos de Azevedo: do concurso ao exílio*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1997.

GASPARINI participa das comemorações do 9 de Julho no quartel do 3º BPM-I. Portal da Cidade de Ribeirão Preto, 11 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/Ccs/snoticias/ver.php?id=2119>>. Acesso em: 16 out. 2007.

GASPARINI participa de solenidade alusiva ao 73º aniversário da Revolução Constitucionalista. Portal da Cidade de Ribeirão Preto, 12 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ccs/noticias/0507/12/i33c-gasparini.htm>>. Acesso em: 16 out. 2007.

GUIMARÃES, Domingos José Lopes; OKAMURA, Márcia Regina Martins. *Monumentos de praça pública de Ribeirão Preto*. 1994. Trabalho de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituição Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1994.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MONUMENTO ao soldado paulista de 32. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 8 ago. 1935.

_____. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 10 ago. 1935.

_____. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 30 ago. 1935.

_____. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 2 out. 1935.

MONUMENTOS embrulhados. *O Diário*, [S.], 18 jun. 1994.

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. [S.l.]: Quarto Gallimard, c.1997. 3 v.

PEIXOTO, Nelson B. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Editora Marca D'Água, 1996.

RIBEIRÃO PRETO. Protocolo nº37, de 15 de junho de 1936.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 9.497, de 5 de março de 1997. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/porta/site/alesp/menuitem.67be75d97530c14c3d7b0f10f20041ca/>> . Acesso em: 16 out .2007.

SILVEIRA, S. O. R. [*Carta enviada aos membros da Comissão Executiva de Ribeirão Preto da Campanha Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Paulista de 32*]. Ribeirão Preto, 28 ago. 1935.

SOBRINHO, Ricardo Guimarães. [*Carta enviada aos membros da Comissão Central da Campanha Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Paulista de 32*]. São Paulo, 22 ago. 1935.

TONETTO, Sandra Márcia. *A política econômica de Getúlio Vargas e a crise do café em Ribeirão Preto (1930 – 1945)*. 2000. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

ZIMMERMANN, Silvana Brunelli. *A obra escultórica de Galileo Emendabili: uma contribuição para o meio artístico paulistano*. 2000. Dissertação (Mestrado)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

* Graduando em Ciência da Informação e Documentação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (2004-2007)

Bolsista PIBIC/CNPq 2006/2007

E-mail: wrighini@yahoo.com.br

** Graduada em Lettere Moderne pela Università degli Studi di Bologna (1993)

Doutora em História pela Universidade de São Paulo (1999)

Professora Doutora do Curso de Ciências da Informação e Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo

E-mail: giuliac@ffclrp.usp.br

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.